



Governo gasta R\$ 1,3 bilhão a mais em bônus a auditores da Receita

O governo federal já desembolsou R\$ 1,34 bilhão para pagar bônus de eficiência a auditores da Receita Federal e do Trabalho. A categoria pressiona por mais, pedindo a regulamentação do adicional, que torna o valor variável e superior ao patamar atual. As informações foram publicadas pelo jornal *Estado de S. Paulo* neste sábado (10/3).

O benefício foi instituído em 2016, depois de mobilizações que incluíram greve, paralisação, negociações que se arrastaram pelo ano e impactaram na arrecadação do país — em um ano de crise econômica e ajuste fiscal.

A medida é polêmica. De acordo com [estudo da Consultoria de Orçamento Fiscalização e Controle do Senado](#) a criação do bônus foi inconstitucional e viola toda a legislação financeira do país. Entre os problemas apontados, estão falta de estudos de impacto financeiro, ausência de previsão da origem do dinheiro e falta de clareza sobre os métodos de cálculo.

Outra crítica às gratificações de desempenho é que elas continuam sendo pagas aos aposentados, que não têm meta a bater, já que incorporadas aos salários.

A regulamentação precisa definir quais as metas a serem cumpridas pelos servidores para terem direito ao valor.

No Congresso, os parlamentares evitaram atrelar a gratificação ao montante arrecadado para evitar uma “indústria da multa”. Segundo a reportagem do *Estadão*, a equipe econômica do governo está preocupada com os efeitos fiscais do reajuste. A regulamentação defendida pela categoria poderia levar ao pagamento de cerca de R\$ 6 mil por mês para cada auditor. O peso desse adicional chegaria ao dobro do atual: R\$ 2,6 bilhões por ano.

No Executivo federal, mais da metade dos servidores recebem adicionais por fazerem o trabalho pelo qual prestaram concurso e foram contratados para executar. O total gasto com esses bônus chega a R\$ 23,28 bilhões. São 500 mil servidores com o salário aumentado dessa forma.

No caso dos auditores, o bônus mensal é de R\$ 3 mil, diante de um salário base de R\$ 19,2 mil. Um pesquisador do IBGE tem bonificação maior: R\$ 4 mil, mas tem salário base de R\$ 5,5 mil. Um agente do Ministério da Saúde tem gratificação maior que o próprio salário: são R\$ 1,2 mil de salário com R\$ 2,6 mil de acréscimos.

Date Created

11/03/2018